

RELATÓRIO | META 02

Treinamento da equipe do Sinajuve

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Hamilton Mourão

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Marcos Cesar Pontes

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cecília Leite Oliveira

Diretora

Reginaldo de Araújo Silva

Coordenação de Administração – COADM

Gustavo Saldanha

Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência
e Tecnologia da Informação – COEPPE

José Luis dos Santos Nascimento

Coordenação de Planejamento, Acompanhamento
e Avaliação – COPAV

Anderson Itaborahy

Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento
de Novos Produtos – CGNP

Bianca Amaro de Melo

Coordenadora-Geral de Pesquisa e Manutenção
de Produtos Consolidados – CGPC

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação
e Informática – CGTI

Milton Shintaku

Coordenador de Tecnologia para Informação – COTEC

RELATÓRIO | META 02

Treinamento da equipe do Sinajuve



Coordenação de Tecnologia
para Informação (COTEC)

Brasília
2021

COORDENAÇÃO DO PROJETO ESTUDO PARA SISTEMATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE (SINAJUVE)

Milton Shintaku

Coordenador de Tecnologia para Informação (COTEC/Ibict)

Organizadores

Lucas Rodrigues
Ítalo Barbosa
Mariana Lozzi Teixeira
Rebeca dos Santos de Moura
Ingrid Torres Schiessl
Lucas ngelo Silveira
Samuel Bastos
Guilherme Enéas Vaz Silva
Andréia Crystina Silva Jardim
José Wilson da Costa
Fernando Costa Gomes
Diego Leite Carvalho
Milton Shintaku e Valéria Paiva

Fernando Costa Gomes
Frederico Ramos Oliveira
Gabriela Chaves de Sant'Anna Gomes
Grazielly Conceição Lima
Guilherme Enéas Vaz Silva
Gustavo Henrique Lobo da Gama
Hércules Rodrigues de Almeida
Ingrid Torres Schiessl
Ítalo Barbosa Brasileiro
Janinne Barcelos de Moraes Silva
Jaqueline Rodrigues de Jesus
Jayme Felix Cardoso Neto
João Francisco Londe dos Santos
João Mateus Lima de Sousa
Jordana Peres Padovani
José Wilson da Costa
Larissa Alberto de Lima Castro
Leslie Miho Nobayashi
Lucas Angelo da Silveira
Lucas Rodrigues Costa
Marcelle Costal de Castro dos Santos
Marcelo Takatsu
Marcelo Votto Texeira
Marcia Liz da Silva
Marcio Antonio Magalhães Canedo
Maria de Lourdes de Almeida Silva
Maria Heldaiva Bezerra Pinheiro
Mariana Lozzi Teixeira
Mariela Norma Muruga

Melquisedeque Santana de Souza
Michelle Conceição Stephanou
Milton Shintaku
Natasha Teles Araujo
Nuielle Cristine de Medeiros da Silva
Patrícia Versiani Cintra Soares Ferreira
Pedro Henrique Arcain Riccetto
Pedro Henrique dos Santos Alves
Rafael Fernandez Gomes
Rafael Teixeira de Souza
Raíssa da Veiga de Meneses
Raquel Magalhães Cabral
Rebeca dos Santos de Moura
Ricardo Crisafulli Rodrigues
Rodrigo Ribeiro Gurgel do Amaral
Rômulo Pereira Vasconcelos Kiffer
Ronnie Fagundes de Brito
Samuel Jonathan de Lima Bastos
Thiago Cervo de Barros
Verônica da Silva Vidal
Victor Michel Souza e Silva
Victoria Argeu Gonçalves

Pesquisadores

Andréia Crystina Silva Jardim
Anne Olimpia Ferreira Porto
Antonio Batista Reis
Brasilina Passarelli
Cristhiani Barbosa Arruda Celestino de Oliveira
Davi Mancebo Coutinho Fernandes
Déborah de Sousa Mendes Santos
Diego de Souza Barreto
Diego Leite Carvalho
Dienifer Eichholz Drawanz
Elias Suaiden
Erick Oliveira Alves de Souza

EDITORIAL

Editoração

Ingrid Torres Schiessl

Capa e Projeto Gráfico

Nuielle Cristine de Medeiros da Silva

Este Relatório de Técnico é um produto do Projeto de pesquisa sobre o Estudo para Sistematização e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Ref. SNJ - Processo SEI no 01302.000288/2018-18

Ref. IBICT 0288/2018 - Processo SEI

Ref. FUNDEP 26658

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo Geral	7
2.2 Objetivos Específicos	7
3. RESULTADOS	7
3.1 Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Juventude	7
3.2 Proposição de Eventos	8
3.3 Formação de Equipe de Monitores	8
3.4 Curso à Distância sobre o Sistema Nacional de Juventude	9
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) realiza o planejamento, execução e gestão de políticas públicas para os jovens brasileiros em distintos eixos de atuação. Previsto no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), está disposto nos decretos 9.306, de 15 de março de 2018, e 10.226, de 05 de fevereiro de 2020. Tais normativas ainda definiram critérios para adesão ao sistema, que reúne todos os entes federativos e organizações da sociedade civil.

Conforme o Estatuto de Juventude e os decretos que dispõem sobre o Sinajuve, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), vinculada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), é a coordenadora do sistema, articulando políticas públicas de juventude com os estados (diretamente) e municípios (indiretamente). Como forma de apoio à sua implementação, a SNJ, ainda vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, firmou um Projeto de Pesquisa com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED).

Para tanto, o projeto formulou conjuntamente (Ibict e SNJ) três planos de trabalho, sendo um original (Plano 1), posteriormente ajustado apenas para um aditivo de tempo (Plano 2) e depois, a pedido da SNJ, outro ajuste, com maior descrição das atividades (Plano 3). Em todos os planos há a meta voltada ao treinamento de equipes de monitores do Sinajuve, selecionados com chamada pública e contratados como serviço de pessoa física por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA).

Quadro 1 - Apresentação da Meta 2 nos planos original e ajustado

META	ETAPA		INDICADOR	PRAZO
2 Original	Treinamento da equipe Sinajuve: - 1ª etapa para 60 monitores e equipe Sinajuve por dois dias. - 2ª etapa para 60 monitores, 26 gestores estaduais e 200 gestores municipais por dois dias.		WorkShop	até quatro meses
2 Ajustada	Treinamento da equipe do Sinajuve.	Apoio no encontro com gestores estaduais e distrital de juventude.	1º workshop Abril de 2019	abr/19
		Apoio no encontro de juventude.	Encontro de juventude em Agosto de 2020	ago/20
		Cursos EAD Sinajuve.	Curso disponível	ago/20

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Metas, em projetos de pesquisa, são previsões de atividades voltadas à obtenção dos resultados. Nesse sentido, o treinamento sobre o Sinajuve ganhou dimensões maiores, visto que foi planejado o treinamento presencial em evento (workshop). A estratégia de treinamentos presenciais, com os estudos, revelara-se ineficiente pelos seguintes pontos: 1) os monitores podem rescindir contrato a qualquer momento, o que precisaria de treinar outra pessoa para continuar as atividades, o que geraria custos altos para o projeto; 2) Caso um monitor não desempenhe a sua atividade com eficácia, poderia ter o seu contrato rescindido, o que precisaria contratar outro monitor e treiná-la; 3) Gestores de juventude são cargos de confiança, que podem sofrer alterações, requerendo novos treinamentos; 4) Eventos presenciais com muitos gestores requerem ajustes de agenda, com grande possibilidade de falta pessoas que precisam ser treinadas; 5) Eventos presenciais com grande quantidade de pessoas foram desaconselhadas em 2020; e 6) Treinamentos a distância tem se mostrado eficaz.

Outro ponto importante a ser relatado na Meta 2 tem por objetivo oferecer treinamento aos monitores, ou seja, todas as atividades relacionadas aos estudos voltados à criação dos workshops, conteúdos para o curso a distância etc. Assim, essa meta (que seria a Meta 10) só pode ser executada plenamente se a equipe de monitores estiver formada. Logo, as ações que estariam nessa meta seriam relatadas na Meta 2.

Cabe destacar que a contratação de pessoal não é tradicionalmente considerada como uma meta de pesquisa, mas como uma ação necessária para o desenvolvimento das metas. Por isso, tem-se em grande

parte dos casos fichas de equipes, onde são indicados participantes da pesquisa, mesmo que sejam contratados para executar serviços rotineiros ou por demanda.

Conseqüentemente, a contratação de equipe de mobilizadores será efetuada e relatada como parte integrante da Meta 2, pois só fará sentido treinar uma equipe que exista. Outro ponto a destacar é que, na descrição das equipes do projeto, a equipe de monitores já estava contemplada, juntamente à equipe de apoio ao SINAJUVE, atuando diretamente na SNJ. Assim, pelo plano de trabalho, as equipes de Apoio ao SINAJUVE e monitores teriam uma gestão compartilhada entre o Ibict e a SNJ.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Relatar as atividades já executadas relacionadas aos cumprimento da Meta 2 para planejar as atividades a serem realizadas.

2.2 Objetivos específicos

- Relatar as informações sobre o Encontro Nacional de Gestores de Juventude;
- Apresentar proposições sobre o segundo evento (workshop);
- Relatar ações para formação de equipe de monitores;
- Relatar sobre o curso a distância do Sinajuve.

3. RESULTADOS

3.1 Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Juventude

No dia 03 de abril de 2019, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), realizou o Encontro de Gestores Estaduais de Juventude, com o apoio do Projeto Sinajuve, no Hotel Nacional, Brasília, Distrito Federal. Na ocasião, participaram da mesa de abertura a secretária Jayana Nicaretta da Silva, a diretora do Ibict, Cecília Leite de Oliveira, o presidente do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), Edglei Alexandre, o presidente do Fórum Nacional de Gestores Estaduais e Secretários de Juventude (Forjuve), Leonardo Felipe Marques de Souza, e o presidente do Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude (Fomjuve), Maicon Cleython Rodrigues Nogueira.

Figura 1 - Foto da mesa de abertura do evento 'Encontro de Gestores Estaduais', com o microfone Dra. Cecília Leite, diretora do Ibict.



Fonte: Foto concedida pelo departamento de comunicação do Ibict (2020).

Durante a programação foram coletados dados de pesquisa e discutidos fundamentos, responsabilidades sociais e as bases legais que nortearam o desenvolvimento de um modelo sistêmico, capaz de integrar a comunicação em torno das ações e políticas que atendem brasileiros entre 15 e 29 anos. Em palestra magna, o pesquisador Samuel Bastos ressaltou a importância da elaboração de estratégias para um diálogo ativo e transversal entre os gestores públicos envolvidos com as pautas da juventude no país, “possibilitando a construção de uma política verdadeiramente nacional”.

Na oportunidade também foi lançada a cartilha **Conheça o Sinajuve**. A publicação, de autoria de Samuel Bastos e Mariana Lozzi, apresenta aos governos estadual e municipal passos a serem dados para construção e adesão do sistema, além de um canal de comunicação direto com os gestores do Sinajuve para esclarecimento de dúvidas, sugestões e críticas: gestores.sinajuve@mdh.gov.br. A cartilha está disponível na Biblioteca Digital de Juventude da Secretaria Nacional da Juventude.¹

Oportunamente, uma entrevista com metodologia Delphi foi efetuada, a fim de levantar requisitos para o sistema Sinajuve, com foco no Sistema de Adesão, desenvolvido posteriormente. A premissa que motivou a equipe do Ibict foi envolver nas definições de critérios e características do sistema os representantes estaduais da juventude e as demandas, críticas e sugestões levantadas pelos mesmos.

3.2 Proposição de Eventos

Conforme os resultados dos estudos, verificou-se que treinamentos presenciais nem sempre são eficientes, principalmente se ocorrerem em eventos com grande quantidade de participantes. Como consequência, os cursos EAD se mostraram eficientes em vários aspectos, principalmente por respeitar o ritmo de aprendizado das pessoas, o tempo e horário disponível para fazer o curso, entre outras vantagens.

Entretanto, como no plano de trabalho consta o apoio do projeto a dois eventos, ajustou-se o plano de trabalho para que o projeto apoie outro evento da SNJ, desde que esteja alinhado com o Sinajuve. Assim, previu-se o apoio ao Encontro Nacional de Juventude, que não ocorreu devido a ajustes e à orientação da própria SNJ. Nesse sentido, o projeto se propõe a apoiar outro evento voltado ao Sinajuve, no intuito de cumprir a meta.

Mesmo que as metas sejam compostas por atividades propostas que podem ou não se concretizar diante do desenrolar da pesquisa, espera-se finalizar as metas. Como os workshops não estão sendo realizados e o curso na modalidade a distância está finalizado, requerendo apenas ajustes, espera-se que a SNJ, juntamente ao Ibict, planejem outro evento a fim de considerarem a meta concluída.

3.3 Formação de Equipe de Monitores

A Equipe de Monitores está presente no plano de trabalho simplificado juntamente às equipes que atuam no Ibict e na SNJ, sendo descritas no plano como **Equipe Monitores: Localizados nos Estados, apoiam a implementação dos órgãos estaduais e municipais**. Originalmente foi pensado como sendo prestadores de serviços, recebendo por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA).

Como forma de estudar a atuação dos profissionais foram contratados nove bolsistas para levantar informações sobre os municípios e verificar a propensão à adesão ao SINAJUVE pelos gestores vinculados ao governo. O propósito era coletar dados para verificar qual a atuação dos monitores, visto que o SINAJUVE é um sistema de articulação em que se forma uma rede entre unidades de juventude.

Com esse grupo de bolsistas pode-se observar quais seriam as cidades preparadas para aderir, por meio de seus órgãos estaduais e municipais, assim como quais seriam as atividades dos monitores. Havia duas grandes questões de estudos envolvidas na atividade: conhecer o cenário de alguns municípios brasileiros, pertencentes a estados com realidades diferentes, e qual seria o perfil adequado aos monitores, em que ponto do contínuo entre o totalmente político ao totalmente técnico, qual seriam as características desejadas para esses profissionais.

¹ Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/267>

Parte do estudo sobre os municípios foram publicados como resultados de pesquisa, verificando que não há uma regra geral sobre as unidades de juventude, mas que parte delas compartilha secretarias com esporte e lazer. Nesse sentido, das unidades de juventude coletadas, verificou-se que 48% são secretarias, únicas ou compartilhadas com outros temas, e 22% são coordenadorias ou coordenações, que poderiam aderir ao sistema sem grandes problemas.

Outro ponto de destaque é que o perfil mais político tinha certa vantagem por ser uma atividade de articulação, mas que realmente requer o amparo de conceitos sobre o SINAJUVE e o Estatuto da Juventude necessários à sua atuação. A atividade dos monitores era de sensibilização dos gestores de juventude governamentais ou da sociedade civil para aderir ao sistema. Logo, verificou-se que o livro [Sistema Nacional de Juventude Explicado](#) foi vital para tirar dúvidas e amparar a atuação dos bolsistas.

Entretanto, no quesito do Estatuto da Juventude ainda há muitas dúvidas ou desconhecimento sobre a Lei. Assim, foi desenvolvida uma cartilha que revisou o tema de forma simples e clara. O [Estatuto da Juventude em Revista](#) foi desenvolvido para esse fim. Com isso, atendeu-se à formação dos monitores, com o curso a distância sobre o SINAJUVE, o livro do sistema para ser referência e a cartilha para apresentar o estatuto de forma simples.

Com base nos estudos realizados foi desenvolvido o [Guia do Mobilizador: Informações Iniciais](#), com os principais pontos abordados para os candidatos a serem contratados como monitores. Esse guia contém grande parte das orientações para mobilizadores, desde a forma de seleção até os relatórios a serem entregues ao final do contrato. Com isso, ele tem por objetivo fornecer uma fonte de consulta e apoio para os monitores em relação à sua contratação.

Assim, foi desenvolvida uma chamada para contratação de pessoa física por meio de contrato por Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), por cinco meses, conforme proposta de projeto de pesquisa. A chamada foi publicada no site do Ibict,² da Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa (FUNDEP), Portal do SINAJUVE,³ e replicada em vários outros sites e portais.

Para a avaliação dos candidatos que cumprirem todos os critérios obrigatórios foi instituída a entrevista, que deveria ser realizada em conjunto com o Ibict e a SNJ. Entretanto, esse processo foi suspenso devido à mudança de gestão da SNJ e, posteriormente, orientação na suspensão de contratações efetuadas pelo projeto de pesquisa.

Assim, cabe à SNJ a decisão sobre os procedimentos a serem realizados em relação à contratação dos monitores, dada a mudança de gestão e possível orientação no andamento do projeto. Nesse sentido, como o processo foi suspenso, deve-se decidir pela continuidade, cancelamento total ou cancelamento da seleção efetuada, iniciando outra seleção.

3.4 Curso a Distância sobre o Sistema Nacional de Juventude

A forma presencial de treinamento é uma constante na história da formação de pessoal. A possibilidade de optar por treinamento a distância, por sua vez, data do século XVIII, sendo consideravelmente mais recente. Somente com a criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem, no final do século XX, essa modalidade de ensino ganhou impulso, com a utilização da internet e as funcionalidades do ambiente Web. No caso da estruturação de ambientes virtuais de aprendizado, uma das ferramentas mais utilizadas é o [Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment](#) (Moodle), que oferta soluções e funcionalidades voltadas ao Ensino a Distância.

No caso da capacitação de gestores e mobilizadores diante do projeto Sinajuve, foi instalada uma plataforma de Ensino a Distância no Moodle, ambiente que se apresentou como o mais recomendado.

A plataforma de ensino do Sistema Nacional de Juventude foi criada com o objetivo de apoiar as iniciativas da SNJ na oferta de cursos voltados à juventude, por meio de articulações da Secretaria com produtores

² Disponível em: <https://ibict.br/oportunidades/item/2183-vaga-para-mobilizadores-projeto-sistematizacao-e-desenvolvimento-do-sistema-nacional-de-juventude-sinajuve>

³ Disponível em: <https://sinajuve.ibict.br/blog/2020/06/15/snj-abre-vagas-para-mobilizadores-2/>

de conteúdos didáticos, além de ofertar treinamentos ministrados pela própria SNJ. Para tanto, duas plataformas foram criadas: uma de homologação para o desenvolvimento de novos cursos e uma de produção, destinada aos cursos já finalizados.

Na plataforma de homologação são testadas as atualizações de versões do Moodle, a fim de não impactar no funcionamento da plataforma de produção. Assim, o acesso à plataforma de homologação é restrito aos pesquisadores do Ibict, enquanto a de produção é acessível por parte de todos os usuários do Sinajuve. Somente após a aprovação dos cursos e das atualizações são passadas para a plataforma de produção.

A plataforma EAD de produção está acessível pelo Portal do Sinajuve, por meio da opção de menu “Cursos”, como mostra a Figura 2. Assim, configura-se como mais um serviço a ser ofertado pelo portal, como um agregador do ecossistema de informação do Sinajuve. O Portal do Sinajuve torna-se a entrada para os diversos subsistemas disponíveis, cada qual destinado à oferta de serviços informacionais específicos.

Figura 2 - Página inicial do portal do Sinajuve com destaque para o menu Curso



Fonte: Captura de tela do portal do Sinajuve (SINAJUVE, 2021)

Por ser uma plataforma voltada à capacitação e treinamento de pessoal, o ambiente de ensino do Sinajuve no Moodle contempla todos os cursos indicados, apoiados, fomentados ou ofertados pela SNJ, no âmbito do sistema, disponíveis para acesso mediante cadastro no Moodle. O cadastro é particular à plataforma e visa identificar o papel do usuário nos cursos, com permissões diferenciadas conforme o perfil. Assim, o Portal do Sinajuve e a Plataforma EAD não compartilham os usuários.

O Curso do Sinajuve foi desenvolvido conforme algumas tendências em cursos EAD, a fim de torná-lo mais simples e eficaz. O caminho apontado por estudos foi o da gamificação, estratégia identificada como uma das grandes apostas na educação para o século XXI. Entretanto, pelas características do curso, com aspectos de treinamento, a gamificação foi adaptada ao seu conteúdo e objetivos com algumas implementações.

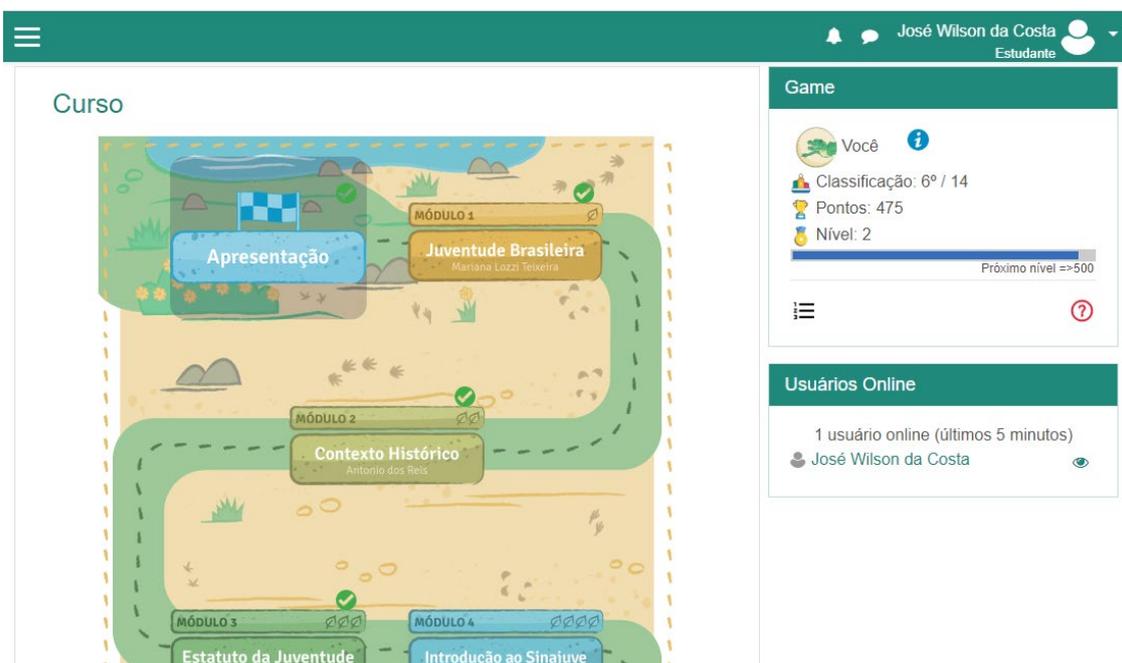
Os auxiliares de pesquisa José Wilson e Nuielle Medeiros foram responsáveis por implementar a estratégia de gamificação por meio de um *Plugin* desenvolvido especialmente para o Moodle e adaptado à Plataforma EAD do Sinajuve. Já o curso, composto por seis módulos, é de autoria de vários pesquisadores do projeto SNJ-Ibict, conforme a sua atuação no desenvolvimento do sistema.

Módulos voltados para questões jurídicas ficaram sob responsabilidade dos advogados Davi Mancebo e Antônio Batista Reis, e módulos conceituais sobre o Sinajuve foram repassados a Mariana Lozzi e Samuel Bastos. O módulo sobre a adesão, por sua vez, foi desenvolvido pelos pesquisadores Rebeca Moura, Lucas Costa e Frederico Oliveira. Por fim, uma visão completa dos sistemas do portal constituiu um módulo ministrado Milton Shintaku, coordenador do projeto SNJ-Ibict.

O layout do curso, possivelmente, apresenta-se como o aspecto mais significativo da gamificação empregada, como mostra a Figura 3, que apresenta os módulos na forma de uma trilha a ser percorrida pelo aluno/usuário. Outro ponto de destaque é a possibilidade do cursista escolher um avatar, ou personagem,

para identificar a sua trajetória. A trilha e os avatares foram desenvolvidos exclusivamente para o curso do Sinajuve e é interessante observar que os avatares evoluem no decorrer do curso, para ilustrar o progresso dos alunos e gerar engajamento.

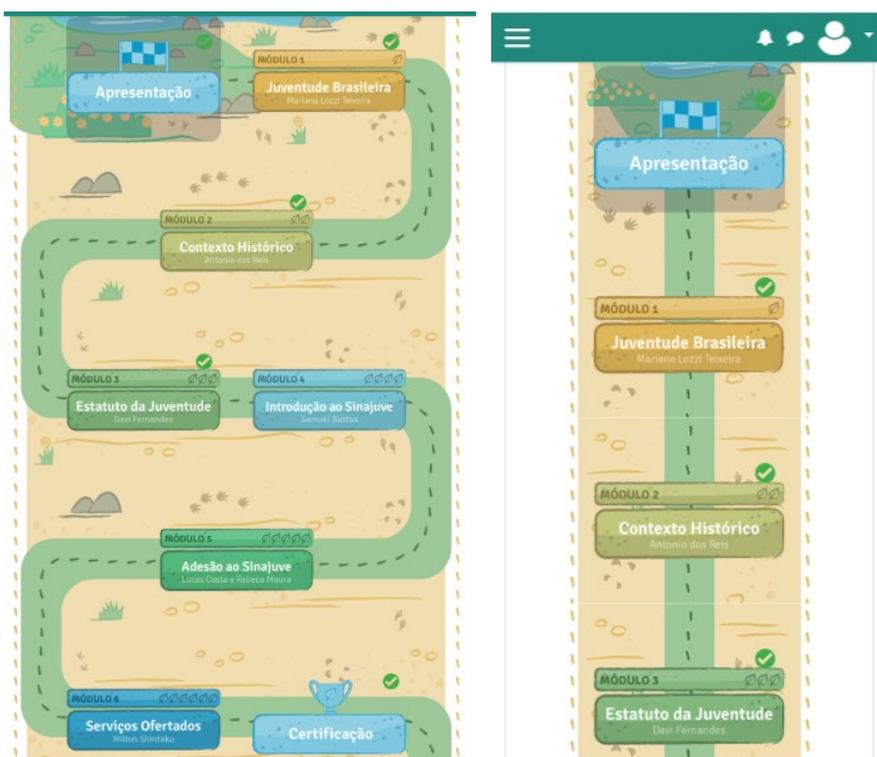
Figura 3 - Página inicial Curso com aspecto gamificado



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

A trilha, mostrada na Figura 4 com as versões desktop (a) e nos dispositivos móveis (b), apresenta o curso como se fosse uma pista de corrida, na qual o usuário avança por entre os módulos. A estrutura se assemelha à de muitos jogos on-line, tornando o curso mais familiar aos jovens acostumados com o formato. A trilha muda conforme o dispositivo, assumindo uma forma mais tortuosa no Desktop e retilínea nos dispositivos móveis, ajustando-se conforme as dimensões da tela e garantindo, assim, uma interface responsiva.

Figura 4 - Visualização do Curso com aspecto gamificado em versão mobile



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

Todo usuário cadastrado no curso pode escolher um avatar, uma forma de identificação personalizada que irá acompanhá-lo durante todo o percurso. Os avatares desenvolvidos (Figura 5) foram baseados em animais nativos do Brasil que nascem de ovos (ovíparos). Conforme a conclusão dos módulos, novas fases evolutivas dos avatares se tornam disponíveis aos cursistas.

Figura 5 - Imagens do avatar a ser utilizado no curso

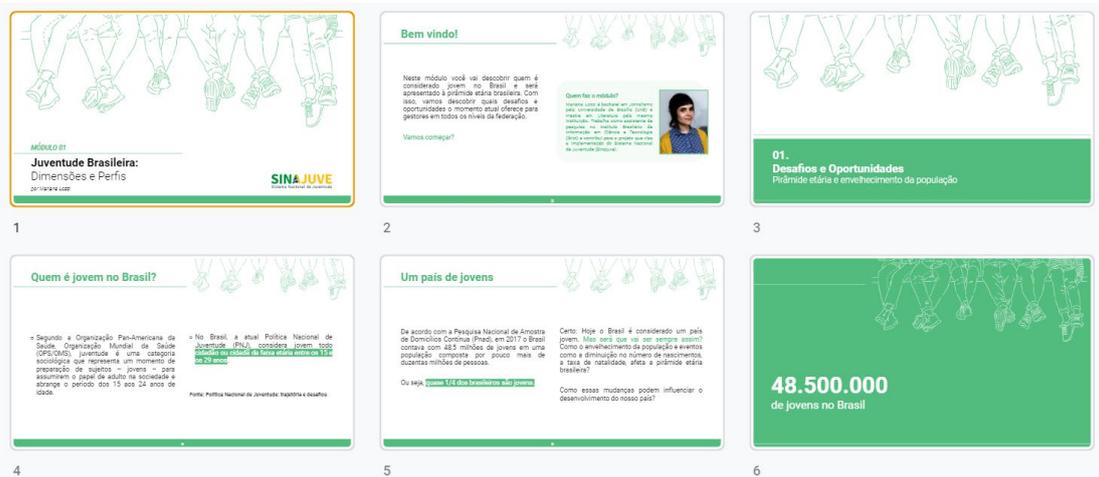


Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

O curso do Sinajuve tem início com as **Palavras da Secretária**, uma breve apresentação, ou seção de boas-vindas, seguida de informações sobre o curso, com ênfase para as habilidades e competências adquiridas. O módulo inicial funciona como um material de apoio, e serve para contextualizar o cursista e introduzi-lo de forma ampla no sistema.

O Módulo 1, com autoria de Mariana Lozzi, apresenta informações sobre a juventude brasileira (Figura 6), incluindo indicadores oriundos do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e analisa-os de maneira crítica. O módulo também contém duas questões de múltipla escolha, desenvolvidas com o intuito de verificar o conhecimento adquirido no módulo, como garantia de aproveitamento por parte do cursista. Ao final do módulo, um slide apresenta os resultados e a nota obtida, com a opção de refazer a avaliação.

Figura 6 - Slides do módulo 1 do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

As telas correspondem ao modelo, ou template, dos módulos. Em todos os módulos o material segue a mesma identidade visual, mas varia de acordo com o conteúdo, sendo composto de informações sobre um tema e duas questões de múltipla escolha.

O ambiente do Moodle foi configurado para verificar automaticamente as respostas dos cursistas e dar uma nota ao final de cada módulo. No final do curso, todas as avaliações parciais são reunidas para possibilitar a certificação automática dos cursistas que tiveram aproveitamento. Assim, o curso do Sinajuve funciona de maneira automática, ou autogerada, podendo ser aberto ao público em geral.

O Módulo 2 (Figura 7), de autoria de Antônio Batista Reis, apresenta a série histórica de leis e decretos, culminando com o Estatuto da Juventude. As aulas focam no contexto histórico e legislativo sobre a questão da juventude, na medida em que o reconhecimento da faixa etária enquanto grupo com direitos e prerrogativas representou uma evolução na história das políticas juvenis. O módulo se mostra essencial para a compreensão do contexto histórico em que foi implementado o Estatuto da Juventude, assim como as legislações de natureza complementar.

Figura 7 - Slides do módulo 2 do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

O Módulo 3 (Figura 8), cuja autoria é de Davi Mancebo Coutinho Fernandes, trata do Estatuto da Juventude, que, entre outras coisas, foi o instrumento legal criador do Sinajuve. Para tanto, contextualiza-se a criação do Estatuto e apresentam-se os seus principais pontos. Esse módulo também introduz o Sinajuve e, assim, prepara o cursista para o próximo módulo.

Figura 8 - Slides do módulo 3 do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

O Módulo 4 (Figura 9), que teve como autores Samuel Jonathan Lima Bastos, introduz o Sinajuve como um sistema de governo voltado à articulação de políticas públicas de juventude. Esse módulo contempla os principais pontos do Sinajuve, apresentando informações necessárias para os próximos módulos. Não é um módulo extensivo, visto que o livro **Sistema Nacional da Juventude: Uma gestão conectada e interativa**, criado por pesquisadores do Ibict no âmbito do projeto com a SNJ, desenvolve o tema de maneira mais robusta. Assim, o módulo apresenta o Sistema de maneira mais leve.

Figura 9 - Slides do módulo 4 do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

O módulo 5 (Figura 10), de autoria de Davi Mancebo Coutinho Fernandes, apresenta o passo a passo para a criação de órgãos e conselhos de juventude, essenciais para a adesão ao sistema. O módulo esclarece quais são os pré-requisitos para a adesão e as formas de surgimento de um órgão de juventude, por lei formal, aprovada pelo Poder Legislativo, ou por Decreto, de competência do chefe do poder Executivo.

As bases legais da adesão ao Sistema Nacional de Juventude se identificam com o Estatuto de Juventude e os Decretos que dispõem sobre o sistema, 9.306 de 2018 e 10.226, de 2020, respectivamente. Assim, o módulo discorre sobre a criação dessas entidades por meio de exemplos práticos e de uma orientação jurídica em linguagem acessível.

Figura 10 - Slides do módulo 5 do curso

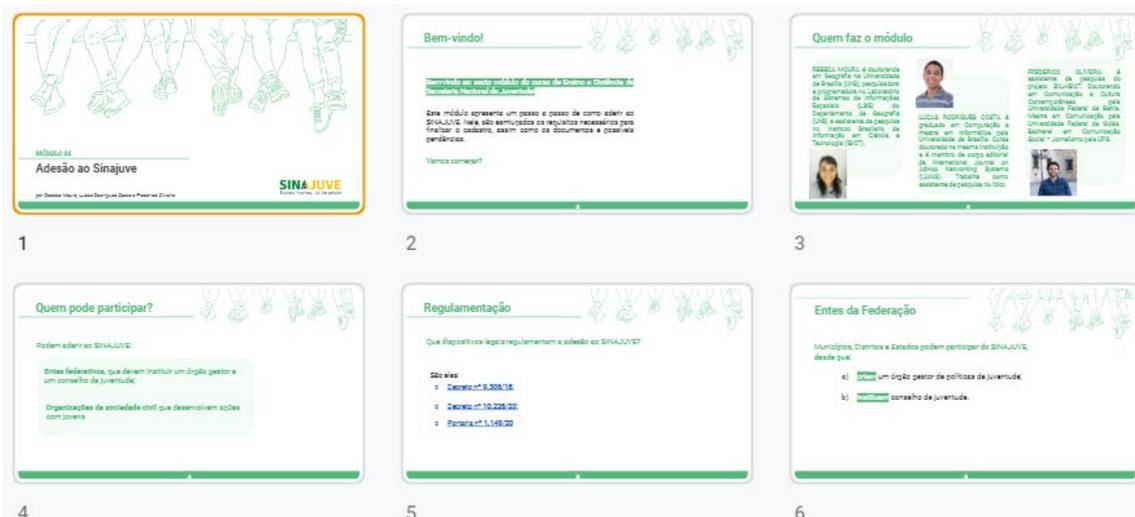


Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

O sexto módulo do curso (Figura 11) tem a autoria dos pesquisadores Rebeca Moura, Lucas Rodrigues Costa e Frederico Oliveira. Diferentemente do módulo anterior, de natureza mais conceitual, o módulo 6 se apresenta como um breve guia para o cadastramento no Sinajuve. Nele, são esmiuçados os requisitos para finalizar o cadastro, assim como documentos homologados e as possíveis pendências com o sistema.

As sessões do módulo são separadas de acordo com os três tipos de adesão: por parte de órgãos gestores, conselhos de juventude e de organizações da sociedade civil. Por fim, duas questões de múltipla escolha testam os conhecimentos adquiridos pelo cursista.

Figura 11 – Slides do módulo 6 do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

O sétimo módulo (Figura 12) representa o encerramento do curso do Sinajuve. O seu conteúdo trata dos serviços ofertados para as Unidades de Juventude e tem autoria de Milton Shintaku, coordenador do projeto Iblct-SNJ.

O módulo final apresenta o cursista ao portal do Sistema e a todas as possibilidades que ele oferece, para além da adesão, foco dos módulos anteriores. Além dos serviços abertos para o público em geral, o módulo apresenta aqueles desenvolvidos exclusivamente para os gestores. Eles são o Mapa de políticas públicas, o Relatório de indicadores, a página de Consultas públicas, o Fórum de discussão e, por fim, o Subsistema de Políticas Públicas.

O objetivo do módulo é instruir o cursista a respeito das possibilidades que cada serviço oferece e incentivá-lo a explorar o ambiente digital, para adquirir cada vez mais autonomia diante do Sinajuve.

Figura 12 – Slides do módulo 7 do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

Ao completar as atividades de todos os módulos, com aproveitamento mínimo das questões, o cursista encerra sua trajetória. Os recursos de gamificação funcionam no sentido de tratar a conclusão como uma vitória, atribuindo valor à conquista do cursista e incentivando-o a aprender mais.

Por fim, é emitido automaticamente um Certificado de Conclusão (Figura 13), assinado pelo Ibict e pela SNJ. O documento tem valor comprobatório e atesta as habilidades e competências específicas em gestão de políticas juvenis.

Figura 13 - Certificado de conclusão do curso



Fonte: Captura de tela da página do curso (SINAJUVE, 2021).

Os resultados do Ambiente de Ensino a Distância do Sinajuve foram satisfatórios na medida em que, como uma primeira experiência, possibilitaram à SNJ desenvolver todo tipo de conteúdo na plataforma. O Moodle se mostrou uma ferramenta versátil, acessível e consolidada, que oferece ao órgão a possibilidade de trabalhar com os ambientes de produção e homologação, a depender da etapa do processo.

Quanto ao conteúdo abordado nos módulos, avalia-se que o Ibict cumpriu o objetivo de ofertar um curso geral sobre o Sinajuve, que abrange desde aspectos históricos e contextuais das políticas juvenis brasileiras até aspectos práticos da adesão no portal www.sinajuve.ibict.br. Como uma primeira experiência, o Curso de Ensino a Distância do Sistema Nacional de Juventude abriu precedentes para o desenvolvimento de novos materiais didáticos em diferentes formatos, focando na capacitação dos gestores e monitores, cujo engajamento é crucial para a implementação do Sistema no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças na gestão da SNJ, do Sr. Francisco de Assis Filho para a Srta. Jayana Nicaretta da Silva e, posteriormente, para a Srta. Emilly Rayanne Coelho Silva, a condução da Meta 2 foi alvo de mudanças significativas de orientação. Há de se considerar, ainda, que o Sinajuve apresentava-se como um projeto em processo de constituição, e que as alterações no organograma institucional vinham não raramente acompanhadas de mudanças na compreensão do seu funcionamento e implementação pelo Instituto.

Se, inicialmente, a segunda meta focava em eventos presenciais para o treinamento dos mobilizadores, tal orientação mudou conforme o entendimento do contexto em que se deu a pesquisa. A deflagração da pandemia de covid-19 surgiu como um fator decisivo para a revisão de estratégia de treinamento, uma vez que encontros presenciais passaram a ser, senão proibidos, contra indicados.

Diante do cenário surgiu a possibilidade de promover workshops de curta duração para a formação dos mobilizadores, mas a sua eficácia foi contestada pela impossibilidade de aferir o nível de aproveitamento dos alunos e de testar conhecimentos. Voltando-se para a finalidade da Meta 2, de disseminar os conceitos do Sinajuve a fim de fomentar a adesão das unidades de juventude, o Ibict confirmou a necessidade de investir em uma plataforma de ensino, por meio da qual a SNJ possa garantir a competência dos mobilizadores.

Nesse sentido, iniciou-se o desenvolvimento de materiais de disseminação sobre o sistema, com vistas a amparar o Plano de Trabalho que o originou. Entretanto, devido à orientação de suspender as atividades, a tarefa foi afetada, requerendo retomada, caso a nova gestão da SNJ avalie como oportuno. Para tanto, irá necessitar de novos pesquisadores em comunicação para atender às novas orientações para o novo plano.

Cabe destacar, também, que o Curso Sinajuve requer atualização em relação à troca de gestão da SNJ, com mudança do vídeo inicial. Cursos na modalidade a distância trazem essa flexibilidade para ajuste nos seus conteúdos, conforme as mudanças ou evolução. Nesse sentido, cabe à SNJ avaliar, propor ou indicar as mudanças a serem feitas.

Por fim, entende-se que a Meta 2 conta com uma das atividades realizadas (1º treinamento sobre o Sinajuve) e uma atividade por concluir, a depender das orientações da SNJ. A meta conta, também, com uma atividade completa, mas que requer ajustes (curso Sinajuve EAD). Por esse motivo, faz-se urgente a retomada das negociações entre o Ibict e a SNJ para desenvolvimento das atividades da meta, no intuito de cumprí-las, ou a indicação da secretaria pela dispensa das atividades restantes, ajustando o plano de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto no 9.306, de 15 de março de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2018. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9306.htm. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto no 10.226, de 05 de fevereiro de 2020**. Altera o Decreto no 9.306, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10226.htm#art1. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. **Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013 [Estatuto da Juventude]**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Juventude. **Estatuto da Juventude em revista**. Brasília: Ibict, 2020. 151 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1720>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LOZZI, Mariana; BASTOS, Samuel; OLIVEIRA, Frederico; FERNANDES, Davi Mancebo. **Sistema Nacional de Juventude: uma gestão conectada e interativa**. Brasília: Ibict, 2019. 92 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/268>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SHINTAKU, Milton Shintaku; LOZZI, Mariana (org.). **Sistema Nacional de Juventude explicado**. Brasília: Ibict, 2020. 151 p. ISBN 978-65-88137-28-4. DOI: 10.22477/9786588137284. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1365>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SINAJUVE. **Portal do Sinajuve**. Disponível em: <https://sinajuve.ibict.br/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SINAJUVE. **Curso do Sinajuve**. Disponível em: <http://eadsnj.ibict.br/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SAS - Quadra 05 - Lote 06 -
Bloco H - Sobreloja
Cep: 70070-912 - Brasília / DF

Telefone: +55 61 3217 6213
E-mail: shintaku@ibict.br



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL